



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### ATO DA MESA Nº 53, DE 2015

Aprova o Regimento do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados.

A **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 52 do Ato da Mesa nº 41, de 2000, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados na forma do Anexo a este Ato.

Art. 2º Revoga-se o Ato da Presidência de 28/7/2011 que aprova o Regimento do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICAÇÃO

O Regimento do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor) foi, inicialmente, aprovado pelo Ato da Presidência de 28/7/2011.

Entretanto, há necessidade de atualização do citado Regimento, especialmente dos capítulos que dispõem sobre o Curso de Mestrado, a fim de adequá-los à atual legislação de ensino superior.

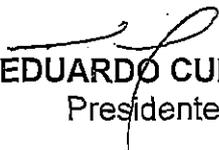
Ademais, com a revisão em tela, objetiva-se tornar mais claras as regras que disciplinam o Curso de Mestrado, bem como facilitar a operacionalização dos processos a este relacionados.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cabe ressaltar que as alterações propostas no Regimento do Programa de Pós-Graduação do Cefor são de natureza acadêmica e não têm implicações orçamentárias ou financeiras.

Sala de Reuniões, em 17 de setembro de 2015.

  
EDUARDO CUNHA  
Presidente



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DA MESA Nº 53/2015

### ANEXO

## REGIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Das Informações Gerais

**Art. 1º** O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) compõe a estrutura administrativa da Câmara dos Deputados, órgão integrante da União, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

§ 1º O Cefor tem natureza de Escola de Governo do Poder Legislativo, nos termos do §2º do art. 39 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º A atuação do Cefor é restrita à sua sede.

**Art. 2º** O presente Regimento contém as disposições básicas sobre o funcionamento das atividades do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, nos planos didático-pedagógico, administrativo e disciplinar.

*Parágrafo único.* O Programa de Pós-Graduação é regido pela legislação do Ensino Superior, pelas normas da Câmara dos Deputados, pelo Regulamento do Cefor e por este Regimento.

### TÍTULO II OBJETIVOS INSTITUCIONAIS Das Finalidades e dos Objetivos Institucionais

**Art. 3º** O Programa de Pós-Graduação tem por finalidade a formação e qualificação de pessoas, visando ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo.

**Art. 4º** Ao Programa de Pós-Graduação compete:

I - promover a formação do quadro de pessoal do Poder Legislativo, em nível de pós-graduação;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - promover ações dirigidas ao fortalecimento da democracia e à formação ética e cidadã da sociedade brasileira;

III - promover ações e atividades voltadas para a melhoria da qualidade da produção intelectual relacionada ao Poder Legislativo e o aumento da capacidade gerencial do corpo técnico de servidores do Legislativo;

IV - desenvolver estudos e pesquisas na área do saber Legislativo, de forma a complementar e aprofundar conhecimentos e competências necessárias ao domínio das funções em sua área de atuação;

V - divulgar conhecimentos por meio de publicações próprias e outros meios de comunicação;

VI - promover intercâmbio com instituições acadêmicas, culturais e com a sociedade em geral, visando a uma maior interação com a comunidade, resguardado o projeto institucional da Câmara dos Deputados;

VII - colaborar com organismos nacionais e internacionais especializados, tanto os de ensino e de pesquisa quanto os de natureza técnico-profissional, na consecução de objetivos que elevem os padrões de ensino, de pesquisa ou de atendimento em sua área de atuação;

VIII - promover, organizar e participar de congressos, seminários, eventos ou reuniões de qualquer espécie sobre assuntos de natureza científica e técnica, referentes à sua área de atuação;

IX - colaborar nas demais ações desenvolvidas pelo Cefor; e

X - exercer outras atividades correlatas.

### TÍTULO III ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Da Estrutura Organizacional

**Art. 5º** O Programa de Pós-Graduação tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgãos Colegiados:

- a) Conselho do Programa de Pós-Graduação;
- b) Colegiado do Curso de Mestrado;
- c) Colegiado dos Cursos de Especialização;

II - Corpo Administrativo:

- a) Diretor do Cefor;
- b) Diretor do Programa de Pós-Graduação;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- c) Coordenador do Curso de Mestrado;
- d) Coordenador dos Cursos de Especialização;

### III - Órgãos Técnicos:

- a) Serviço de Controle Acadêmico;
- b) Serviço de Avaliação Institucional;
- c) Núcleo de Acompanhamento do Ensino;
- d) Núcleo de Produção Científica;
- e) Biblioteca.

## CAPÍTULO I Dos Órgãos Colegiados

### Seção I Do Conselho do Programa de Pós-Graduação

**Art. 6º** O Conselho do Programa de Pós-Graduação, órgão consultivo e deliberativo superior do Programa de Pós-Graduação, é constituído:

- I - pelo Diretor do Cefor;
- II - pelo Diretor do Programa de Pós-Graduação;
- III - pelo Coordenador do Curso de Mestrado;
- IV - pelo Coordenador dos Cursos de Especialização;
- V - por um representante da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados;
- VI - por um representante do corpo docente;
- VII - por um representante do corpo discente;
- VIII - por um representante do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo ou da Associação dos Servidores Aposentados da Câmara dos Deputados.

§ 1º Os representantes do corpo docente e do corpo discente serão eleitos pelos seus pares.

§ 2º O representante previsto no inciso VIII será indicado mediante consulta ao Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e, em caso de não



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

manifestação, por consulta à Associação dos Servidores Aposentados da Câmara dos Deputados.

§ 3º O mandato dos representantes previstos nos incisos V, VI e VII é de um ano, permitida a recondução.

§ 4º Para cada representante há um suplente.

**Art. 7º** As reuniões do Conselho do Programa de Pós-Graduação são convocadas pelo Diretor do Cefor ou pelo Diretor do Programa de Pós-Graduação do Cefor.

§ 1º As reuniões ordinárias bimestrais são realizadas durante o período letivo.

§ 2º As reuniões extraordinárias são convocadas por iniciativa do Diretor do Cefor ou do Diretor do Programa de Pós-Graduação ou a requerimento da maioria dos membros do Conselho.

**Art. 8º** Compete ao Conselho do Programa de Pós-Graduação:

I - exercer, como órgão deliberativo acadêmico e administrativo, a jurisdição superior do Programa de Pós-Graduação;

II - examinar e aprovar as políticas de ensino, pesquisa, extensão, cooperação e serviços;

III - definir as linhas de pesquisa;

IV - aprovar a criação e a extinção de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, observando o processo previsto na legislação pertinente em vigor;

V - fixar o número de vagas dos cursos;

VI - estabelecer e regulamentar os critérios para admissão aos cursos, obedecida a legislação atinente;

VII - aprovar os Editais dos processos seletivos dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

VIII - estabelecer a política para constituição do corpo docente, inclusive no concernente ao quadro de vagas;

IX - aprovar o Calendário Acadêmico;

X - constituir comissões permanentes ou especiais;

XI - propor, coordenar e executar convênios ou contratos com instituições, para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

XII - propor alterações no Regimento do Programa de Pós-Graduação;

XIII - decidir sobre a aplicação de penalidades acadêmicas em grau de recurso ou por iniciativa própria;

XIV - julgar os recursos a ele interpostos;

XV - deliberar sobre assuntos de interesse do Programa de Pós-Graduação não previstos neste Regimento; e

XVI - outras pertinentes.

§ 1º As matérias concernentes aos incisos V, VII, IX, X, XI, XV e XVI podem ser objeto de decisões pelo Diretor do Programa de Pós-Graduação ou pelo Diretor do Cefor *ad referendum* do Conselho do Programa de Pós-Graduação.

§ 2º As decisões tomadas na forma do § 1º deste artigo devem ser referendadas na primeira reunião do Conselho do Programa de Pós-Graduação subsequente à realização do referido ato administrativo.

### Seção II Do Colegiado do Curso de Mestrado

**Art. 9º** O Colegiado do Curso de Mestrado, órgão consultivo e deliberativo, é constituído:

I - pelo Coordenador do Curso de Mestrado;

II - pelos docentes permanentes do Curso de Mestrado;

III – por até quatro representantes do corpo discente do curso de Mestrado.

§ 1º Os representantes do corpo discente serão eleitos pelos seus pares.

§ 2º O mandato dos representantes discentes é de um ano, permitida a recondução.

§ 3º Para cada representante discente há um suplente.

**Art. 10.** As reuniões do Colegiado do Curso de Mestrado são convocadas pelo Coordenador do Curso de Mestrado.

§ 1º As reuniões ordinárias mensais são realizadas durante o período letivo.

§ 2º As reuniões extraordinárias são convocadas por iniciativa do Coordenador do curso de Mestrado ou a requerimento da maioria dos membros do Colegiado.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Art. 11.** Compete ao Colegiado do Curso de Mestrado:

- I - elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado;
- II – encaminhar o Projeto Pedagógico ao Conselho do Programa de Pós-Graduação;
- III - propor diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do Curso de Mestrado, respeitadas as decisões do Conselho do Programa de Pós-Graduação;
- IV- propor ao Conselho do Programa de Pós-Graduação a fixação de vagas para o Curso de Mestrado e suas alterações;
- V - propor ao Conselho do Programa de Pós-Graduação critérios para o ingresso no Curso de Mestrado;
- VI - examinar e aprovar a oferta de disciplinas;
- VII - aprovar os planos de ensino propostos pelos docentes e acompanhar sua execução;
- VIII - homologar o resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- IX- julgar e decidir, em primeira instância, representações e recursos que lhes forem dirigidos;
- X - autorizar o trancamento de matrícula;
- XI – homologar a aprovação, pelo Coordenador do Curso de Mestrado, dos docentes escolhidos para a atividade de orientação;
- XII – aprovar o limite máximo de orientações por docente;
- XIII – planejar e propor, com base nas avaliações periódicas dos cursos, medidas necessárias ao aprimoramento do ensino, da pesquisa e extensão;
- XIV – submeter o nome do Coordenador do Curso de Mestrado escolhido em conformidade com o disposto no art. 6º deste Regimento ao Conselho do Programa de Pós-Graduação do Cefor;
- XV – analisar e homologar os pedidos de transferência de discentes de curso de mestrado ou doutorado de outras instituições de ensino superior, devidamente credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), desde que haja vaga e afinidade entre o curso de origem e o Curso de Mestrado;
- XVI– validar os créditos de disciplinas de discente transferido;
- XVII – propor regulamento referente a requisitos para credenciamento, formas de seleção e permanência do corpo docente do Curso de Mestrado;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

XVIII – homologar o credenciamento dos docentes do Curso de Mestrado selecionados nos termos do regulamento referido no inciso XVII deste artigo; e

XIX – exercer outras atividades que lhe sejam próprias.

§ 1º As matérias concernentes aos incisos VII, VIII, X e XIII podem ser objeto de decisões do Coordenador do Curso de Mestrado *ad referendum* do Colegiado do Curso de Mestrado.

§ 2º As decisões tomadas pelo Coordenador do Curso de Mestrado na forma do § 1º deste artigo devem ser referendadas na primeira reunião do Colêgiado do Curso de Mestrado subsequente à realização do referido ato administrativo.

### Seção III Do Colegiado dos Cursos de Especialização

**Art. 12.** O Colegiado dos Cursos de Especialização, órgão consultivo e deliberativo, é constituído:

- I - pelo Coordenador dos Cursos de Especialização;
- II - por um representante do corpo docente dos cursos de Especialização;
- III - por um representante do corpo discente dos cursos de Especialização;

§ 1º Os representantes dos corpos docente e discente são eleitos pelos seus pares.

§ 2º O mandato dos representantes docentes e discentes é de um ano, permitida a recondução.

§ 3º Para cada representante docente e discente há um suplente.

**Art. 13.** As reuniões do Colegiado dos Cursos de Especialização são convocadas pelo Coordenador dos Cursos de Especialização.

§ 1º As reuniões ordinárias trimestrais são realizadas durante o período letivo.

§ 2º As reuniões extraordinárias são convocadas por iniciativa do Coordenador dos Cursos de Especialização ou a requerimento da maioria dos membros do Colegiado dos Cursos de Especialização.

**Art. 14.** Compete ao Colegiado dos Cursos de Especialização:

- I - elaborar o Projeto Pedagógico de seus cursos;
- II - encaminhar o Projeto Pedagógico de seus cursos ao Conselho do Programa de Pós-Graduação;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

III - propor diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico de seus cursos, respeitadas as decisões do Conselho do Programa de Pós-Graduação;

IV - aprovar os planos de ensino propostos pelos docentes e acompanhar sua execução;

V - homologar o resultado do trabalho final de curso;

VI - julgar e decidir, em primeira instância, representações e recursos que lhes forem dirigidos;

VII - autorizar o trancamento de matrícula;

VIII - planejar e propor, com base nas avaliações periódicas dos cursos, medidas necessárias ao aprimoramento do ensino, da pesquisa e extensão;

IX - propor a aquisição de acervo para a biblioteca;

X - exercer outras atividades que lhe sejam próprias.

§ 1º As matérias concernentes aos incisos IV, V, VII, VIII e IX podem ser objeto de decisões do Coordenador dos Cursos de Especialização *ad referendum* do Colegiado dos Cursos de Especialização.

§ 2º As decisões tomadas pelo Coordenador dos Cursos de Especialização na forma do § 1º deste artigo devem ser referendadas na primeira reunião do Colegiado dos Cursos de Especialização subsequente à realização do referido ato administrativo.

### Seção IV Do Funcionamento dos Órgãos Colegiados

**Art. 15.** A presidência dos Órgãos Colegiados do Programa de Pós-Graduação é exercida pelo:

I - Diretor do Cefor ou Diretor da Coordenação de Pós-Graduação no Conselho do Programa de Pós-Graduação;

II - Diretor da Coordenação de Pós-Graduação ou Coordenador do Curso de Mestrado no Colegiado do Curso de Mestrado;

III - Diretor da Coordenação de Pós-Graduação ou Coordenador dos Cursos de Especialização no Colegiado dos Cursos de Especialização.

**Art. 16.** Os Órgãos Colegiados do Programa de Pós-Graduação funcionam com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º Em caso de segunda convocação, a deliberação é válida com qualquer número de seus membros.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 2º As reuniões de caráter solene serão realizadas com qualquer número de membros presentes, franqueando-se a entrada aos interessados.

§ 3º Podem ser convidados não membros dos Órgãos Colegiados para expor ou discutir matérias específicas da pauta da reunião, sem direito a voto.

**Art. 17.** A participação dos membros nas reuniões dos Órgãos Colegiados é obrigatória.

**Art. 18.** São consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria simples dos votos favoráveis dos presentes.

§ 1º Além do voto comum, os presidentes dos Colegiados têm, para fins de desempate, o voto de qualidade.

§ 2º As votações processam-se, ordinariamente, de modo ostensivo.

§ 3º A pedido de dois terços de seus membros, as votações podem ser feitas por voto secreto.

**Art. 19.** Das reuniões dos Órgãos Colegiados é lavrada Ata, que, aprovada, é assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§ 1º A elaboração da Ata é feita por servidor designado pelo Serviço de Controle Acadêmico.

§ 2º O Serviço de Controle Acadêmico é responsável pela divulgação e arquivamento das Atas das reuniões.

## CAPÍTULO II Do Corpo Administrativo

### Seção I Da Diretoria do Cefor

**Art. 20.** Compete ao Diretor do Cefor, em relação ao Programa de Pós-Graduação:

I - cumprir e fazer cumprir, dentro do Programa de Pós-Graduação, todos os dispositivos legais, estatutários e regimentais em vigor;

II - convocar e presidir o Conselho do Programa de Pós-Graduação, com direito a voto, inclusive ao de qualidade;

III - presidir com direito a voto, inclusive ao de qualidade, todas as reuniões de Órgãos Colegiados do Programa de Pós-Graduação a que comparecer;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

IV - baixar Atos Normativos decorrentes das decisões dos órgãos que preside;

V - conferir graus, assinar diplomas e certificados;

VI - fazer a interlocução com os órgãos competentes da administração federal, remetendo os relatórios que forem exigidos;

VII - designar assessores para o desempenho de tarefas especiais;

VIII - apresentar relatório anual do Programa de Pós-Graduação aos órgãos superiores da Câmara dos Deputados;

IX - preparar a proposta de programação orçamentária anual do Programa de Pós-Graduação e encaminhá-la aos órgãos superiores da Câmara dos Deputados;

X - outras inerentes às funções executivas do Diretor.

### Seção II Da Diretoria do Programa de Pós-Graduação

**Art. 21.** Compete ao Diretor do Programa de Pós-Graduação do Cefor:

I - orientar e dirigir as ações necessárias ao funcionamento do Programa de Pós-Graduação do Cefor;

II - promover a articulação do Programa de Pós-Graduação do Cefor com os demais órgãos da Câmara dos Deputados;

III - desenvolver o intercâmbio com órgãos e entidades externas;

IV - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho do Programa de Pós-Graduação;

V - representar o Programa de Pós-Graduação do Cefor perante órgãos públicos e privados;

VI - apresentar relatório anual do Programa de Pós-Graduação do Cefor ao Conselho do Programa de Pós-Graduação do Cefor;

VII - assinar diplomas, certificados e históricos escolares;

VIII - responder recursos dirigidos ao Programa de Pós-Graduação do Cefor;

IX - propor modificações no Regimento do Programa de Pós-Graduação do Cefor;

X - cumprir e fazer cumprir este Regimento;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

XI - praticar os demais atos que, por sua natureza, estejam na sua área de competência.

### Seção III Da Coordenação do Curso de Mestrado

**Art. 22.** A Coordenação do Curso de Mestrado é o órgão responsável pelas atividades acadêmicas do Curso de Mestrado.

**Art. 23.** A Coordenação do Curso de Mestrado é exercida por um dos professores permanentes do Curso de Mestrado, com mandato de três anos, podendo haver uma recondução.

*Parágrafo único.* O professor permanente é servidor efetivo da Câmara dos Deputados.

**Art. 24.** A Coordenação do Curso de Mestrado é preenchida por indicação do Colegiado do Curso de Mestrado ao Conselho do Programa de Pós-Graduação do Cefor.

*Parágrafo único.* Os candidatos à Coordenação do Curso de Mestrado devem apresentar Plano de Trabalho.

**Art. 25.** Compete ao Coordenador do Curso de Mestrado:

I - planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes ao Curso de Mestrado;

II - propor, para aprovação pelo Colegiado do Curso de Mestrado, a criação, desdobramento, fusão, extinção ou transferência de disciplina do Curso de Mestrado;

III - participar das reuniões do Colegiado do Curso de Mestrado, na qualidade de seu Presidente, e do Conselho do Programa de Pós-Graduação do Cefor;

IV - supervisionar os processos seletivos de discentes;

V - observar o funcionamento dos cursos, levando ao conhecimento do Diretor do Programa de Pós-Graduação as falhas e problemas que não possa corrigir ou solucionar;

VI - dar apoio e orientação pedagógica aos discentes, atuando como mediador entre o corpo discente e docente;

VII - indicar os nomes dos orientadores dos trabalhos finais de curso;

VIII - aprovar as comissões examinadoras dos trabalhos finais de curso;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

IX - promover, organizar e participar de congressos, seminários, eventos ou reuniões sobre assuntos de natureza científica;

X - colaborar na supervisão dos trabalhos de pesquisa e extensão do Programa de Pós-Graduação;

XI - preparar os relatórios a serem submetidos à Capes e intermediar os contatos entre a Capes e o Programa de Pós-Graduação.

### Seção IV

#### Da Coordenação dos Cursos de Especialização

**Art. 26.** A Coordenação dos Cursos de Especialização é o órgão responsável pelas atividades acadêmicas dos cursos de Especialização.

**Art. 27.** A Coordenação dos Cursos de Especialização é exercida por servidor efetivo da Câmara dos Deputados.

*Parágrafo único.* A Coordenação dos Cursos de Especialização é preenchida por indicação do Diretor do Cefor.

**Art. 28.** Compete ao Coordenador de Cursos de Especialização:

I - planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes aos cursos de Especialização;

II - propor, para aprovação pelo Colegiado dos Cursos de Especialização, a criação, desdobramento, fusão, extinção ou transferência de disciplinas;

III - participar das reuniões do Colegiado dos Cursos de Especialização, na qualidade de seu Presidente, e do Conselho do Programa de Pós-Graduação do Cefor;

IV - supervisionar os processos seletivos de discentes;

V - observar o funcionamento dos cursos, levando ao conhecimento do Diretor do Programa de Pós-Graduação as falhas e problemas que não possa corrigir ou solucionar;

VI - dar apoio e orientação pedagógica aos discentes, atuando como mediador entre o corpo discente e docente;

VII - indicar docentes para as disciplinas dos Cursos;

VIII - indicar os nomes dos orientadores dos trabalhos finais de curso;

IX - aprovar as comissões examinadoras dos trabalhos finais de curso;

X - promover, organizar e participar de congressos, seminários, eventos ou reuniões sobre assuntos de natureza científica;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

XI - colaborar na supervisão dos trabalhos de pesquisa e extensão do Programa de Pós-Graduação.

### CAPÍTULO III Dos Órgãos Técnicos

#### Seção I Do Serviço de Controle Acadêmico

**Art. 29.** O Serviço de Controle Acadêmico é o órgão de apoio administrativo às atividades do Programa de Pós-Graduação.

**Art. 30.** Cabe ao Chefe do Serviço de Controle Acadêmico:

I - participar da elaboração dos editais de seleção para os cursos e acompanhar a realização do processo seletivo;

II - organizar e efetuar a matrícula dos discentes, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos colegiados de curso envolvidos;

III - efetuar, acompanhar e atualizar todos os registros relativos à vida acadêmica dos discentes;

IV - efetuar e manter atualizados todos os registros acadêmicos relacionados ao desenvolvimento das atividades curriculares dos cursos do Programa de Pós-Graduação, mantendo arquivados todos os documentos e informações;

V - elaborar e propor o Calendário Acadêmico do Programa de Pós-Graduação e acompanhar o seu cumprimento;

VI - organizar dados e documentos para os relatórios necessários;

VII - informar processos e quaisquer outros expedientes que lhes forem encaminhados;

VIII - tomar as providências administrativas necessárias para emissão e registro de diplomas, certificados e demais documentos;

IX - exercer o apoio de Secretaria aos Órgãos Colegiados;

X - emitir declarações de matrícula e históricos escolares;

XI - receber e processar pedidos de transferência.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Seção II Do Serviço de Avaliação Institucional

**Art. 31.** O Serviço de Avaliação Institucional é órgão de apoio administrativo e pedagógico às atividades do Programa de Pós-Graduação.

**Art. 32.** Cabe ao Chefe do Serviço de Avaliação Institucional:

- I - dar suporte aos processos de avaliação das atividades do Programa de Pós-Graduação;
- II - apoiar a elaboração do Projeto Pedagógico dos cursos;
- III - efetuar o credenciamento de novos docentes e orientadores;
- IV - organizar e manter atualizado o cadastro funcional do corpo docente;
- V - colaborar com os Órgãos Colegiados na concepção e execução da avaliação dos cursos.

### Seção III Do Núcleo de Acompanhamento do Ensino

**Art. 33.** O Núcleo de Acompanhamento do Ensino é órgão de apoio pedagógico às atividades do Programa de Pós-Graduação.

**Art. 34.** Cabe ao Chefe do Núcleo de Acompanhamento do Ensino:

- I - receber e apoiar os discentes, assistindo-os de modo a proporcionar-lhes condições favoráveis à plena realização de suas atividades escolares;
- II - fiscalizar o cumprimento do calendário, do período escolar e da carga horária de cada disciplina;
- III - apoiar a realização das reuniões com docentes e discentes e as de acompanhamento dos cursos;
- IV - adotar as providências necessárias ao início do funcionamento dos cursos;
- V - acompanhar e dar suporte às atividades de orientação e de realização do exame dos trabalhos de conclusão de curso.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Seção IV Do Núcleo de Produção Científica

**Art. 35.** O Núcleo de Produção Científica é órgão de apoio administrativo e pedagógico às atividades do Programa de Pós-Graduação.

**Art. 36.** Cabe ao Chefe do Núcleo de Produção Científica:

I - acompanhar as atividades de pesquisa e extensão e apoiar sua articulação com o ensino em todos os seus níveis;

II - organizar e coordenar o funcionamento dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPE);

III - acompanhar os projetos de pesquisa e extensão aprovados, produzindo relatórios de trabalho;

IV - efetuar o processo de avaliação das atividades dos GPE, gerando relatórios com os dados coletados;

V - propor ações para estimular a produção intelectual e científica do Programa de Pós-Graduação;

VI - auxiliar a divulgação da produção intelectual e científica do Programa de Pós-Graduação, por meio de revistas especializadas e outros meios de comunicação;

VII - organizar e acompanhar a realização de eventos de divulgação científica.

### Seção V Da Biblioteca

**Art. 37.** A Biblioteca do Programa de Pós-Graduação é a Biblioteca da Câmara dos Deputados.

*Parágrafo único.* A Biblioteca da Câmara dos Deputados é um órgão do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, localizada no Palácio do Congresso Nacional.

**Art. 38.** Os discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação têm livre acesso à Biblioteca da Câmara dos Deputados, que atende ao Programa de Pós-Graduação em relação à:

I - aquisição, registro, guarda, catalogação e classificação de livros, revistas, periódicos e demais formas de organização, armazenamento e difusão de informação;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - empréstimo de material bibliográfico;

III - disponibilização de sistema de informação qualificado para seus usuários;

IV - orientação aos discentes e demais usuários em relação à normatização bibliográfica de documentos técnico-científicos;

V - guarda dos trabalhos de conclusão de curso elaborados pelos discentes.

**Art. 39.** O Diretor do Programa de Pós-Graduação encaminhará à Biblioteca da Câmara dos Deputados as necessidades de aquisição de acervo do Programa de Pós-Graduação.

*Parágrafo único.* Cabe à Coordenação dos Cursos de Especialização e à Coordenação do Curso de Mestrado consultar seus docentes sobre necessidades de aquisição de acervo, organizando a relação e a encaminhando ao Diretor do Programa de Pós-Graduação.

### TÍTULO IV ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

#### CAPÍTULO I Dos Cursos

**Art. 40.** O Programa de Pós-Graduação oferece Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Aperfeiçoamento e Especialização e Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, voltados para a qualificação de servidores do Poder Legislativo e público em geral.

**Art. 41.** Os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Aperfeiçoamento devem obedecer a uma duração mínima de 180 (cento e oitenta) horas-aula.

**Art. 42.** Os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Especialização devem obedecer a uma duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula.

**Art. 43.** Os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* são normatizados em Regimento próprio.

**Art. 44.** O Programa de Pós-Graduação deve informar aos interessados, antes de cada período letivo, as condições de oferta de seus cursos, mediante elaboração e divulgação por meio de edital, na forma da legislação vigente.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### CAPÍTULO II Da Pesquisa e da Extensão

**Art. 45.** As atividades de Pesquisa e Extensão são desenvolvidas, primordialmente, por Grupos de Pesquisa e Extensão (GPE).

**Art. 46.** Os GPE são constituídos, preferencialmente, por alunos e docentes do Programa de Pós-Graduação e coordenados, necessariamente, por docentes que sejam servidores efetivos da Câmara dos Deputados.

*Parágrafo único.* É permitida a participação de pesquisadores externos nos GPE, seja em caráter individual ou por meio de parcerias estabelecidas com pessoas jurídicas.

### CAPÍTULO III Do Calendário Acadêmico

**Art. 47.** O ano letivo tem duração mínima de 200 (duzentos) dias letivos, distribuídos em 2 (dois) períodos regulares de no mínimo 100 (cem) dias letivos, que compreenderão os dias dedicados às atividades acadêmicas.

§ 1º O período letivo prolonga-se sempre que necessário para que se completem os dias letivos previstos nos calendários dos cursos, bem como para o integral cumprimento do conteúdo e da carga horária estabelecidos nos programas das disciplinas a serem ministradas.

§ 2º Nenhuma disciplina encerra suas atividades sem completar a programação prevista em seu plano de ensino, devendo ser repostas as aulas perdidas por qualquer motivo.

### CAPÍTULO IV Da Admissão

**Art. 48.** O ingresso nos cursos do Programa de Pós-Graduação ocorre mediante processo seletivo, pelo qual se avalia a aptidão intelectual dos candidatos para a realização dos cursos.

§ 1º O processo seletivo é tornado público por meio de edital.

§ 2º O resultado obtido no processo seletivo é válido para o período definido no edital.

**Art. 49.** O Conselho do Programa de Pós-Graduação regulamenta o processo seletivo e define normas para sua realização.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### CAPÍTULO V Da Matrícula

**Art. 50.** A matrícula nos cursos oferecidos pelo Programa de Pós-Graduação é o ato formal de vinculação acadêmica do aluno e realiza-se no período estabelecido no Calendário Acadêmico.

*Parágrafo único.* A não realização da matrícula, sem manifestação por parte do aluno, configura abandono de curso, com interrupção do vínculo acadêmico com este.

**Art. 51.** O ato de matrícula, respeitada a legislação em vigor, estabelece, entre o Programa de Pós-Graduação e o discente, um vínculo, gerando direitos e deveres entre as partes, e implica a aceitação, pelo discente, das disposições contidas neste Regimento, no Regimento do seu curso respectivo e nas demais normas aprovadas pelos Órgãos Colegiados do Programa de Pós-Graduação.

### CAPÍTULO VI Das Transferências

**Art. 52.** É acolhida transferência de discente, dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico, mediante existência de vaga e constatada a afinidade do curso de origem com o curso oferecido pelo Programa de Pós-Graduação.

*Parágrafo único.* As transferências *ex-officio* ocorrem na forma disposta na legislação pertinente.

**Art. 53.** A transferência para outra Instituição de Ensino Superior é requerida e concedida a qualquer momento do período letivo, ou após seu encerramento, a alunos regularmente vinculados ao Programa de Pós-Graduação.

### CAPÍTULO VII Da Verificação do Rendimento Escolar

**Art. 54.** A avaliação do desempenho escolar é feita mediante elementos que comprovem assiduidade e aprendizagem.

§ 1º A assiduidade é verificada pela frequência à disciplina e às atividades didáticas, cujo mínimo, para aprovação, é de setenta e cinco por cento, vedado o abono de faltas.

§ 2º A apuração de aprendizagem, em cada disciplina, é feita por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez).

§ 3º É considerado aprovado o discente que tiver frequência mínima de setenta e cinco por cento e conceito mínimo 7 (sete).



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 4º Atribuir-se-á nota 0 (zero) ao discente que deixar de submeter-se à verificação de aprendizagem, na data fixada, bem como àquele que se utilizar de meio fraudulento.

**Art. 55.** De acordo com a natureza da disciplina, admitem-se como instrumentos para a avaliação da aprendizagem:

- I - prova escrita;
- II - prova oral ou prático-oral;
- III - seminário;
- IV - relatório de aulas práticas e de visitas;
- V - trabalho prático, de pesquisa ou de extensão, desde que sob orientação, supervisão e controle do professor;
- VI - elaboração de monografias, trabalho de conclusão de curso ou projetos e sua apresentação; e
- VII - elaboração de dissertação e sua defesa.

**Art. 56.** Atendidas as diretrizes dos Órgãos Colegiados, compete ao professor a organização, aplicação e julgamento de verificação de aprendizagem concernente à disciplina por ele ministrada.

*Parágrafo único.* O professor deve comunicar, quando da apresentação aos alunos de seu plano de ensino no início do período letivo, as formas e critérios pelos quais os alunos serão avaliados, dando acesso ao aluno aos instrumentos e resultados da avaliação.

**Art. 57.** Do resultado da verificação de aprendizagem são facultados ao discente os seguintes recursos:

- I - pedido de reconsideração, dirigido ao docente da disciplina;
- II - recurso, em primeira instância, ao Órgão Colegiado de seu curso;
- III - recurso, em instância final, ao Conselho do Programa de Pós-Graduação.

§ 1º Os recursos referentes aos resultados da verificação de aprendizagem devem ser interpostos até 10 (dez) dias após a ciência, pelo discente, do resultado.

§ 2º Os recursos referentes aos resultados da verificação de aprendizagem devem ser devidamente fundamentados.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Art. 58.** Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrados por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, podem ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

*Parágrafo único.* O Conselho do Programa de Pós-Graduação deve regulamentar o extraordinário aproveitamento nos estudos.

**Art. 59.** É assegurado regime especial ao discente amparado por instrumentos legais específicos para realizar trabalhos e exercícios domiciliares que serão prescritos pelos docentes de acordo com o plano de curso, fixados em cada caso, consoante o estado de saúde do estudante e as exigências de formação mínimas de cada curso.

*Parágrafo único.* O requerimento relativo ao regime especial deve ser protocolizado no Serviço de Controle Acadêmico e ser instruído com laudo médico ou de profissional credenciado, submetido ao Serviço Médico da Câmara dos Deputados.

### CAPÍTULO VIII

#### Da Dispensa de Disciplinas e do Aproveitamento de Estudos

**Art. 60.** Pode ser autorizada pelo Colegiado do Curso a dispensa de disciplinas ou o aproveitamento de estudos anteriores ao ingresso do aluno, cursados no Programa de Pós-Graduação ou em outra instituição de ensino superior, credenciada pelo Ministério da Educação, desde que devidamente reconhecidos nos termos da lei e consistentes com o projeto pedagógico do curso.

### CAPÍTULO IX

#### Da Comunidade Acadêmica

##### Seção I

##### Do Corpo Discente

**Art. 61.** O corpo discente do Programa de Pós-Graduação é constituído pelos alunos matriculados nos cursos.

**Art. 62.** O Programa de Pós-Graduação tem alunos regulares e especiais.

§ 1º Alunos regulares são aqueles matriculados em cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* ou Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com direito a certificado e diploma, após aprovação e o cumprimento de todas as obrigações dos respectivos cursos.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 2º Alunos especiais são aqueles matriculados em disciplinas isoladas de Cursos de Especialização e Mestrado, com direito a certificado, após aprovação e cumprimento das obrigações previstas nos regimentos dos respectivos cursos.

**Art. 63.** O corpo discente tem os seguintes direitos:

I - ser representado nos Órgãos Colegiados do Programa de Pós-Graduação;

II - receber ensino de qualidade, dentro do regime didático do Programa de Pós-Graduação;

III - contar com orientação, fora das horas de aula, para suas atividades acadêmicas;

IV - recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou administrativos;

V - ter acesso às dependências da Câmara dos Deputados, especificamente à Biblioteca para empréstimos de livros e revistas.

**Art. 64.** O corpo discente tem os seguintes deveres:

I - conhecer e observar as normas regimentais e regulamentares;

II - ter pontualidade e assiduidade;

III - participar das aulas e demais atividades acadêmicas que lhe forem determinadas, demonstrando máximo interesse para obtenção de bom aproveitamento;

IV - utilizar adequadamente os serviços administrativos e técnicos oferecidos, zelando pelo patrimônio do Programa de Pós-Graduação e da Câmara dos Deputados;

V - contribuir para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas, científicas e culturais do Programa de Pós-Graduação;

VI - abster-se de qualquer ato lesivo ao acervo moral e patrimonial do Programa de Pós-Graduação, ou que importe em perturbação de ordem, ofensa aos bons costumes, desrespeito às autoridades escolares, professores, servidores e colegas.

### Seção II Do Corpo Docente

**Art. 65.** O corpo docente é constituído por todos os docentes que exercem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no Programa de Pós-Graduação, observada a legislação pertinente.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 1º Entende-se por atividades de ensino a atuação como docente e orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º Entende-se por atividades de pesquisa e extensão a participação em Grupos de Pesquisa e Extensão criados, organizados e coordenados pelo Programa de Pós-Graduação.

**Art. 66.** O corpo docente do Programa de Pós-Graduação é formado por:

- I - docentes permanentes;
- II - docentes colaboradores;
- III - docentes visitantes.

**Art. 67.** O docente permanente deve:

- I – ser servidor efetivo ou aposentado da Câmara dos Deputados, selecionado via edital próprio, com titulação mínima de doutor;
- II – ser credenciado por prazo determinado, podendo haver o recredenciamento;
- III – apresentar e manter, sob pena de descredenciamento, produtividade intelectual compatível com as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas quais estiver envolvido.

**Art. 68** O docente colaborador, selecionado via edital próprio, deve:

- I – ter a titulação mínima de doutor;
- II – exercer atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- III – atuar por prazo determinado no edital de sua seleção;
- IV – apresentar e manter, sob pena de descredenciamento, produtividade intelectual compatível com as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas quais estiver envolvido.

*Parágrafo único.* Excepcionalmente, aceita-se docente colaborador sem a titulação de doutor, nos casos de notório saber, em consonância com a legislação educacional vigente.

**Art. 69.** Os docentes visitantes, com titulação mínima de doutor, selecionados via edital próprio, atuam em todas as atividades do Programa de Pós-Graduação durante período contínuo e determinado, com limite máximo de 2 (dois) anos.

*Parágrafo único.* O docente visitante, no período em que estiver vinculado ao Programa de Pós-Graduação, submete-se a todas as normas regimentais da mesma, assumindo os mesmos direitos e deveres dos demais docentes.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Art. 70.** São direitos do docente:

- I - liberdade de cátedra;
- II - remuneração pelos serviços prestados;
- III - representação nos Órgãos Colegiados do Programa de Pós-Graduação;
- IV - atuação como orientador de Trabalho de Conclusão de Curso;
- V - conhecimento das suas avaliações, feitas pelos discentes e pela Coordenação.

**Art. 71.** São deveres do docente:

- I - elaborar o plano de ensino de sua disciplina, submetendo-o à aprovação do respectivo órgão Colegiado;
- II - orientar e aplicar os instrumentos de avaliação de aprendizagem e julgar os resultados apresentados pelos discentes;
- III - orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo seu programa e sua carga horária com assiduidade e pontualidade;
- IV - entregar, ao Serviço de Controle Acadêmico, os resultados das avaliações de aprendizagem e da frequência escolar, nos prazos fixados no Calendário Acadêmico;
- V - manter atualizados seus dados cadastrais, particularmente os de seu currículo na Plataforma *Lattes*, ou outra que venha a substituí-la;
- VI - respeitar e fazer cumprir, no âmbito de sua competência, o regime escolar e disciplina do Programa de Pós-Graduação;
- VII - votar, nos casos previstos neste Regimento;
- VIII - participar das reuniões e trabalhos dos Órgãos Colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado;
- IX - apresentar relatório de atividades ao Órgão Colegiado dos cursos em que lecionou ou tenha lecionado, quando solicitado;
- X - comparecer às reuniões a que for convocado;
- XI - dedicar-se à pesquisa científica, à extensão e à realização de estudos na área de sua especialidade.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Seção III Do Corpo Técnico-Administrativo

**Art. 72.** O corpo técnico-administrativo é constituído por servidores lotados no Programa de Pós-Graduação.

*Parágrafo único.* O Programa de Pós-Graduação zelará pela manutenção de padrões e condições de trabalho condizentes com seus objetivos educacionais, bem como oferecerá oportunidades de constante aperfeiçoamento técnico-profissional aos servidores nela lotados.

### CAPÍTULO X Do Regime Disciplinar

**Art. 73.** Os alunos matriculados nos cursos, os docentes credenciados, e os servidores lotados na área técnico-administrativa assumem o compromisso de respeito aos princípios, à legislação que regem o Programa de Pós-Graduação, e principalmente:

- I - a dignidade acadêmica;
- II - as normas contidas na legislação do ensino;
- III - as normas deste Regimento;
- IV - as normas da Câmara dos Deputados; e
- V - a Lei Federal nº 8.112/1990.

**Art. 74.** Constitui infração disciplinar, punível na forma regimental, o desatendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

**Art. 75.** São competentes para aplicação das penalidades:

- I - o Diretor do Programa de Pós-Graduação, no caso de advertência e repreensão;
- II - o Diretor do Cefor nos demais casos.

**Art. 76.** Os procedimentos disciplinares aplicados pelo Programa de Pós-Graduação não excluem aqueles previstos pelas Leis nº 8.112/1990 e nº 9.784/1999.

### Seção I Do Regime Disciplinar do Corpo Discente

**Art. 77.** O discente está sujeito às seguintes penalidades disciplinares:



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

I - advertência verbal, por desrespeito às ordens emanadas de membros da administração ou do corpo docente no exercício de suas funções;

II - repreensão, por:

- a) reincidência na falta prevista no inciso I;
- b) improbidade na execução de atos ou trabalhos escolares;
- c) ofensa ou agressão a outro aluno, a membro do corpo docente ou a servidor do Programa de Pós-Graduação.

III - suspensão, por reincidência nas faltas previstas no inciso II;

IV - desligamento, por:

- a) reincidência nas faltas previstas no inciso III;
- b) falsificação de documentos para uso junto ao Programa de Pós-Graduação.

### Seção II

#### Do Regime Disciplinar do Corpo Docente

**Art. 78.** Administrativamente, o membro do corpo docente está sujeito às seguintes penalidades disciplinares:

I - advertência verbal, por:

- a) inobservância do horário de aulas e do correto e tempestivo preenchimento dos diários de classe;
- b) ausência injustificada às reuniões promovidas pelo Programa de Pós-Graduação.

II - repreensão por escrito, por:

- a) reincidência nas faltas previstas no inciso I;
- b) ofensa ou agressão a aluno, a outro membro do corpo docente ou a servidor do Programa de Pós-Graduação;
- c) não cumprimento, sem motivo justo, do programa ou carga-horária da disciplina ou atividade a seu cargo.

III - descredenciamento, por:

- a) reincidência nas faltas previstas no inciso II;
- b) incompetência didática ou científica;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

c) prática de ato incompatível com os princípios éticos do serviço público.

### Seção III Do Regime Disciplinar do Corpo Técnico-Administrativo

**Art. 79.** Administrativamente, o membro do corpo técnico-administrativo está sujeito às seguintes penalidades disciplinares:

I - advertência verbal, por desrespeito às ordens emanadas do Diretor, dos Coordenadores ou de qualquer membro do corpo docente no exercício de suas funções;

II - repreensão, por:

a) reincidência na falta prevista no inciso I;

b) improbidade na execução de atos ou trabalhos demandados pelo Programa de Pós-Graduação;

c) ofensa ou agressão a aluno, docente ou a outro servidor do Programa de Pós-Graduação;

III - desligamento do Programa de Pós-Graduação, por reincidência nas faltas previstas no inciso II.

## CAPÍTULO XI Da Concessão de Títulos

### Seção I Dos Certificados e Diplomas

**Art. 80.** O Programa de Pós-Graduação expede certificado ou diploma em cumprimento à legislação vigente e conforme credenciamento expedido pelo Ministério da Educação.

§ 1º A expedição do certificado ou diploma fica condicionada ao atendimento das exigências de conclusão de curso.

§ 2º O certificado ou diploma é expedido pelo Programa de Pós-Graduação e assinado pelo Diretor do Cefor, pelo Diretor do Programa de Pós-Graduação, Coordenador do Curso de Pós-Graduação e pelo concluinte.

§ 3º O registro dos diplomas é feito na forma da legislação vigente.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Seção II Da Colação de Grau e da Formatura

**Art. 81.** A colação de grau é ato legal de conclusão de curso, permitida apenas aos alunos academicamente aptos, de acordo com os registros do Serviço de Controle Acadêmico.

**Art. 82.** A formatura é a solenidade com que se comemora o término do curso, permitida aos alunos integrantes de determinada turma, cujos estudos tenham sido concluídos ou tenham previsão definida para conclusão.

### Seção III Dos Títulos Honoríficos

**Art. 83.** O Programa de Pós-Graduação pode conferir títulos honoríficos de Docente Emérito e de Doutor *Honoris Causa* a personalidades e autoridades eminentes, nacionais e estrangeiras, cuja obra tenha concorrido de maneira efetiva para o progresso das artes e da ciência.

§ 1º A concessão do título honorífico é aprovada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação.

§ 2º A outorga do título faz-se em sessão solene do Conselho do Programa de Pós-Graduação.

## CAPÍTULO XII Dos Recursos Da Competência Recursal

**Art. 84.** Das decisões cabe pedido de reconsideração à própria autoridade ou órgão, ou apresentação de recurso à instância imediatamente superior.

*Parágrafo único.* De toda decisão punitiva cabe recurso ao órgão imediatamente superior.

**Art. 85.** Para efeito de interposição de recursos, constituem órgãos imediatamente superiores:

I - em relação aos discentes e docentes, o Órgão Colegiado do Curso;

II - em relação ao Coordenador dos Cursos de Especialização, o Colegiado dos Cursos de Especialização;

III - em relação ao Coordenador do Curso de Mestrado, o Colegiado do Curso de Mestrado;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

IV - em relação ao Colegiado dos Cursos de Especialização e ao Colegiado do Curso de Mestrado, o Conselho do Programa de Pós-Graduação;

V - em relação ao Diretor do Programa de Pós-Graduação, o Conselho do Programa de Pós-Graduação.

**Art. 86.** O prazo para apresentação de pedido de reconsideração ou interposição de qualquer recurso é de 10 (dez) dias, contados da ciência pelo interessado do teor da decisão ou publicação do ato recorrido em local público e visível no interior do Programa de Pós-Graduação ou em veículo de comunicação institucional.

§ 1º Após o recebimento do recurso, deve ser emitido, em até 15 (quinze) dias, um parecer sobre o mesmo, a ser apreciado pelo Órgão ao qual foi dirigido na reunião imediatamente subsequente.

§ 2º O recurso não tem efeito suspensivo, à exceção dos casos em que o ato ou decisão da qual se recorre traga prejuízo irreparável para o recorrente.

**Art. 87.** A autoridade ou Órgão que tiver deliberação reformada por via de recurso pode, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, formular pedido de revisão à instância decisória imediatamente superior à que reformou a decisão.

*Parágrafo único.* O pedido de revisão de que trata este artigo tem efeito suspensivo e é processado e julgado em prazos não superiores aos previstos para os recursos.

## TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 88.** A Câmara dos Deputados é responsável por promover meios adequados de funcionamento das atividades do Programa de Pós-Graduação, colocando à disposição os bens e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhes os suficientes recursos financeiros de custeio.

*Parágrafo único.* A Câmara dos Deputados reserva-se o direito de vetar quaisquer decisões do Programa de Pós-Graduação que impliquem aumento de despesa.

**Art. 89.** Publicações ou pronunciamentos públicos que envolvam responsabilidade do Programa de Pós-Graduação são feitos pelo Diretor do Programa de Pós-Graduação.

**Art. 90.** Os casos omissos neste Regimento Geral são decididos pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação.

**Art. 91.** O Conselho do Programa de Pós-Graduação pode propor mudanças no presente Regimento por decisão de dois terços de seus membros.